

Educação inclusiva na escola municipal Irmã Cristine: considerações preliminares sobre um desafio a ser alcançado

CUNHA, Isaías dos Santos da¹

Resumo

Este estudo investiga a importância e o conceito da acessibilidade para educação inclusiva na Escola Municipal Irmã Cristine, um desafio a ser alcançado, pensado numa ampla abrangência que melhore o contexto da vida cotidiana do educando com retardo mental leve, baixa visão, esquizofrenia e TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade). Desenvolvido a partir de pesquisa documental e bibliográfica, aponta as implicações decorrentes da não observação desse aspecto para a inclusão desses alunos. As dificuldades encontradas no ambiente escolar, como banheiros, bibliotecas e demais locais da instituição são dificuldades relevantes e significativas para garantir a entrada e a permanência do educando em sala de aula, promover sua autonomia, criar mecanismos de independência para que o mesmo possa sentir-se inserido e aceito, o que é fundamental no processo de autoria da sua própria história acadêmica. O aporte teórico constitui nas perspectivas de Manzini (2008), KOOGAN (1995) e as diretrizes do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como MEC, SEESP (2005).

Palavras-chave: Acessibilidade, Educação Inclusiva, Deficiências.

Introdução

Pensar a educação inclusiva no contexto escolar é uma perspectiva bastante relevante, tendo em vista que esta prática se torna uma ação revolucionária no que tange a processo de ensino e aprendizagem porque a educação deve ser fornecida a todos.

Diante dessa perspectiva o presente estudo tem por objetivo fazer uma análise a respeito da inclusão no ato educacional, mais particularmente no que tange ao prédio da escola da rede Municipal de Ensino “Irmã Cristine” levantando informações acerca se tal escola – esta por ser uma referência na cidade no que tange a inclusão – cumpre de fato o que é estabelecido pelas leis assegurando a acessibilidade.

O conceito de acessibilidade deve ser pensado numa perspectiva que contemple todo contexto da vida cotidiana do aluno com deficiência. Segundo KOOGAN/HOUAISS (1995, p. 10), na Enciclopédia e Dicionário Ilustrado, nos remete que a “acessibilidade é a qualidade do que é acessível, do que tem acesso, é a facilidade, possibilidade na aquisição, na aproximação”. O acesso e a facilidade deve ser uma garantia a todos que dela precisam. A qualidade desse acesso deve ser observada com um

¹ Graduado em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Facibra/PR. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Saint Alcuin Of York Anglican College/Chile. E-mail: isaiassantos454@gmail.com

olhar inclinado a possibilitar aos alunos com deficiência a garantia do ir e vir à escola, permitindo assim, a sua permanência e facilitando o seu processo de aprendizagem.

Promover a autonomia e a independência do aluno com deficiência é possibilitar mecanismos de superação diante das barreiras impostas em seu cotidiano. A observância dessa acessibilidade permeia várias dimensões no espaço escolar, e, visa contribuir para uma reorganização da prática educacional utilizada hoje, mais inclusiva e menos preconceituosa.

Assim, a eficácia na acessibilidade escolar, permite que o aluno possa exercer seu papel de forma plena, atuando como ator e autor de seu desempenho. Pensar e analisar todas as suas ações pautadas nas boas condições que lhe forem oferecidas pela instituição que se preocupa com o aluno com deficiência.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar a estrutura física da Escola Municipal Irmã Cristine e a acessibilidade para educação inclusiva. Observando se o espaço escolar é acessível e igualitário para todos os alunos.

Educação Inclusiva e Espaço Físico da Escola: acessibilidade para todos

A Educação Inclusiva é um tema que cada vez mais vem tomando conta de debates em prol ao meio escolar. Um dos principais questionamentos é a estrutura adequada que as escolas oferecem para a dinâmica do aluno com deficiência, oportunizando para que o mesmo tenha facilidade de se locomover no ambiente escolar.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei nº. 8069/90, em seu artigo 53, igualmente prevê o direito à educação e à igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Com isso, pode-se perceber que a escola deve estar totalmente apta para receber estes alunos e oferecer não somente uma educação igualitária a todos, mas também um espaço físico agradável e acessível para os mesmos.

O espaço físico da escola é demasiadamente importante no que tange não somente ao ensino e aprendizagem do aluno, mas também com a sua locomotividade. Antes de pensar em proporcionar ao educando uma prática educacional igualitária, a escola e todo departamento deve estar apta a oferecer um espaço físico acessível para a desenvoltura do mesmo (aluno) no âmbito escolar. De acordo com o MEC, “a escola e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos fortes, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno.” (MEC, SEESP, 2005, p.15).

De acordo com a citação acima pode-se afirmar que a escola como um todo deve estar apta com o espaço físico em decorrência de uma acessibilidade para os alunos com deficiência. O espaço físico é um fator relevante, pois a escola precisa incluir o aluno e não excluí-lo, pois se o prédio educacional não possui rampas de acesso, por exemplo, está sendo feito a exclusão.

Há muitas barreiras quando se remete a prática da inclusão na escola. A nossa constituição de Leis, até a própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases), remetem a nós respaldos da prática de inclusão dos alunos com deficiência. Inúmeras vezes, materiais para facilitar o ensino e aprendizagem são oferecidos às escolas, mas não há pessoas habilitadas para lidarem com tais ferramentas, no entanto, não é o intuito deste estudo fazer uma abordagem sobre a destinação destes materiais, mas sim, focar no espaço físico da escola.

Para que haja de fato a acessibilidade na escola é preciso eliminar essas barreiras existentes, a instituição escolar precisa oferecer um espaço acessível e igualitário para todos, haja vista que é um local onde se passa uma significativa parcela de nossas vidas e temos a oportunidade de moldar nosso caráter enquanto cidadãos críticos. Contudo, a escola precisa ser um espaço de libertação, não de resistência, para que haja verdadeiramente uma revolução na educação, tornando-se assim um espaço acessível para todos.

Escola Municipal Irmã Cristine: Estrutura física e acessibilidade, um desafio a ser alcançado

O presente estudo tem por objetivo traçar uma abordagem sobre a estrutura física da escola como implicação a proporcionar a acessibilidade para todos, oferecendo assim, uma educação inclusiva, igualitária, e não exclusiva. No tópico anterior foi feita uma abordagem sucinta sobre a relevância das escolas possuírem um espaço físico acessível para os alunos com deficiência, haja vista que este fator contribui para uma prática educacional inclusiva.

Na cidade de Parintins existem algumas escolas que trabalham a acessibilidade, a inclusão de alunos com deficiência. Essa é uma grande luta, sendo que são inúmeras as barreiras para que o processo de acessibilidade aconteça. Diante dessas escolas Municipais, o presente estudo destaca a Escola Municipal “Irmã Cristine”, a qual busca desenvolver em sua prática educacional a inclusão.

A referida escola se localiza em uma área periférica do Município de Parintins e atende alunos de vários locais da cidade. *A priori* foi realizada uma entrevista com a Gestora da escola com as seguintes perguntas: a) quantos alunos com deficiência são atendidos pelo educandário?; b) qual o número de profissionais com formação a escola dispõe?; c) a escola possui Sala de Atendimento Educacional Especializado -AEE?; d) quais ambientes foram adaptados para acessibilidade?

De acordo com a entrevista realizada, obtivemos as seguintes respostas: A escola atende 24 alunos com deficiência, num contexto de aproximadamente mil alunos em geral, observa-se que a demanda de alunos com deficiência ainda é muito pequena e precisa ser ampliada. O educandário também disponibiliza 24 profissionais com formação para atender esses alunos, atendendo a demanda. A escola possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, de acordo com a Lei nº10.098/2000, mais conhecida como Lei da acessibilidade que garante ao ambiente que tenha uma devida para atender os alunos com deficiência no contra turno.

A escola também possui um banheiro adaptado, possui rampa de acesso na entrada da escola, outra rampa que dá acesso ao pátio da mesma e uma terceira rampa de acesso à quadra de esporte. O educandário possui quatro (4) cadeiras escolares adaptadas em sala de aula. O corredor da mesma possui uma barra de apoio, e também possui vários livros de literatura em Braille.

Entendemos que para acontecer a inclusão é necessário que a escola possua um espaço físico adequado, pois não se pode apenas colocar o aluno em um ambiente escolar sem que a mesma não esteja apta para a locomoção do educando, dessa forma não estará sendo feita a inclusão, e sim uma exclusão, pois a primeira vai muito além. É necessário que a escola como um todo proporcione uma educação igualitária para todos, pois segundo Manzini, “é necessário ofertar às escolas as condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informação de recurso didático.” (MANZINI 2008, pag. 286).

Com base nas palavras do autor acima, pôde-se perceber que a escola centrada em nossa análise, através de observações feitas, possui sim alguns recursos referentes a acessibilidade, mas o instituto educacional precisa ser melhorado em muitos aspectos para que o aluno possuinte de deficiência se sinta incluso e tenha acessibilidade em sua locomoção no espaço escolar.

Contudo, o objetivo deste estudo foi de analisar o espaço físico escolar como mecanismo na inclusão do aluno possuinte de deficiência, ressaltando a relevância, de

forma sintética, da estrutura escolar para receber tais educandos fazendo acontecer, dessa maneira, a inclusão, dessa forma tornando a prática educacional igualitária para todos.

Considerações finais

Diante do exposto, compreende-se que é indissociável o binômio acessibilidade/inclusão, uma vez que, a acessibilidade consiste em um fator fundamental no processo de inclusão educacional. Desse modo, a acessibilidade é um desafio a ser alcançado, haja vista que são muitos os fatores que corroboram para a inoperância na aplicabilidade desta.

Nesta perspectiva, evidencia-se a relevância na formulação e implementação de políticas públicas, promotoras de uma educação de qualidade para pessoas com deficiência.

A acessibilidade no âmbito escolar não se restringe apenas a dois elementos, que são a rampa de acesso e banheiro adaptado, mas também na criação e adequação do espaço físico, objetivando proporcionar autonomia e segurança aos educandos. São muitas as fragilidades no cotidiano da Escola Municipal Irmã Cristine, embora esta ainda não esteja integralmente preparada para o atendimento de pessoas com deficiência, nota-se que houve avanços significativos referentes a acessibilidade naquele contexto escolar.

Neste sentido, a acessibilidade arquitetônica do referido educandário é importante, porém, deve-se estar associada à acessibilidade atitudinal, que visa desenvolver no contexto escolar uma cultura de valores inclusivos.

Portanto, para a efetivação da Educação Inclusiva, que constitui um paradigma educacional, deve-se enfatizar a reformulação de conceitos, a aplicabilidade de medidas concretas, proverem a acessibilidade objetivando assegurar os direitos das pessoas com deficiência e a participação política para que realmente a proposta possa ser consolidada.

Referências

Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 15 Jul. 2017.

MANZINI, Eduardo José. **Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área da educação.** In BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Katia Regina

Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.) Educação Especial: Diálogo e Pluralidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

MEC, SEESP. **Saberes e Práticas da inclusão: Introdução.** Brasília, 2005.

KOOGAN/HOUAISS. **Enciclopédia e Dicionário Ilustrado.** Rio de Janeiro: Edições Delta, 1995.